

‘MICRO’ E ‘MACRO’ NAS TEORIAS SOCIAIS DE PARSONS E LUHMANN: UMA DISCUSSÃO METATEÓRICA

Mariana LEONI BIRRIEL*
Adan Christian de FREITAS**

RESUMO: O artigo busca revisitar a longa controvérsia sobre a distinção micro e macro na teoria social, tomando como foco as obras de Talcott Parsons e Niklas Luhmann. A intenção é a de apresentar argumentos que questionam a interpretação destas duas propostas teóricas como sendo representantes da sociologia exclusivamente no nível macro. Num primeiro momento, apresenta-se uma problematização dos conceitos de micro e macro, entendidos como categorias que ajudam a diferenciar fenômenos segundo a amplitude temporal e espacial. Num segundo momento, expõe-se uma análise das estratégias conceituais empregadas por Parsons e Luhmann para lidar com o problema micro e macro.

PALAVRAS-CHAVE: Metateoria. Micro e macro. Teoria Social. Talcott Parsons. Niklas Luhmann.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as teorias sistêmicas de Talcott Parsons e Niklas Luhmann, autores que desenvolveram quadros conceituais abrangentes (*grand theories*) no campo da sociologia. O texto se estrutura a partir de dois objetivos de base: por um lado, pretende-se dar luz sobre conceitos criados por Parsons e Luhmann, expondo os principais argumentos em ambas teorias; por outro lado, objetiva-se contestar a leitura predominantemente macrosociológica sobre as obras dos autores.

* Universidad de la República – Uruguay. Pro-Rectorado de Gestión Administrativa. Montevideo – Uruguay. marianaleoni87@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4660-8575>.

** UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Trindade – Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 - adan.christian.26@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1152-497X>.

A argumentação é construída em torno da problematização da questão estruturante no âmbito sociológico: a distinção micro e macro (VANDENBERGHE, 2013). O debate em torno destas categorias tomou conta das discussões no campo da sociologia ao longo dos anos de 1980 (TURNER, 2012), especificamente no ponto sobre como seria possível unificar os dois polos: de um lado, a influência das macro estruturas sociais de longa duração nos aspectos micro do dia-a-dia, sejam eles interações, ações ou atores sociais; do outro, como os fenômenos localizados e efêmeros da vida social imediata (o mundo da vida, tomando a expressão de Habermas (1997)) influenciam e transformam as formações sociais abrangentes, de longa duração histórica. Ao longo do século XX, duas tradições sociológicas se desenvolveram de forma relativamente autônoma, com contatos reduzidos entre si, tratando teórica e empiricamente apenas de um dos lados desta dualidade.

A literatura sociológica tende a categorizar as obras de Parsons e Luhmann como restritas a explicações de nível macro. Boa parte da reação microssociológica à *grand theory* de Parsons, que se deu a partir dos anos de 1960 por autores como Goffman (2011), Blumer (1986) e Garfinkel (1984), se baseia na suposta incapacidade da sociologia Parsoniana em explicar eventos sociais do nível micro. Encontramos na obra de Alexander (1999), uma síntese que condensa as críticas realizadas à obra de Parsons, na qual se expressa como vários teóricos foram construindo suas formulações teóricas fundamentalmente em oposição a Parsons, por meio de leituras da obra parsoniana de caráter favorável às novas construções teóricas. O texto de Alexander (1999) é interessante já que condensa as críticas que possuem um viés em relação a considerar a obra parsoniana como fundamentalmente macrossociológica. Ele cita o exemplo dos teóricos do conflito, alegando que Parsons só trata de fenômenos estáveis; Homans, com a sua teoria das trocas, argumentando que a teoria estrutural-funcionalista trata a ação como fenômeno anti-humano, e a etnometodologia de Garfinkel (1984) alegando que os atores parsonianos são dopados culturais, dentre outras críticas consideradas por Alexander (1999). O texto ajuda a compreender como estas interpretações da obra parsoniana derivam de intenções particulares de teóricos, num cenário no qual o que estava em jogo não era unicamente a revisão da obra de Parsons, mas a oposição a uma tendência teórica dominante chave da época.

No relativo à obra de Luhmann, encontra-se uma leitura semelhante, embora atenuada. A teoria dos sistemas desenvolvida pelo sociólogo alemão tem em Parsons uma de suas principais fontes de inspiração, e enquanto teoria sistêmica, a tendência natural é a associação com o holismo e com a predominância da análise macro (SCHILLO, FISCHER & KLEIN, 2000). No entanto, já identificamos leituras que subvertem esta categorização convencional. Como coloca Alexander (1987):

Embora Luhmann tenha elevado o macroconceito radical de "sistema" a novas alturas, não se deve esquecer que ele explica a própria existência de sistemas por referência a microprocessos fundamentais, que ele identifica como a necessidade existencial do indivíduo de reduzir a complexidade. (ALEXANDER, 1987, s/p)

Julgamos que estas interpretações se baseiam numa compreensão limitada da distinção micro e macro e numa exegese reducionista das obras de Parsons e Luhmann. Listar e aprofundar as críticas teóricas (ou não) à obra dos autores mereceria um artigo completo; no presente trabalho, porém, parte-se do reconhecimento da leitura predominantemente macrosociológica sobre as obras dos autores, para questionadas as noções de micro e macro e expor como as obras permitem, também, análises microsociológicas.

As reflexões do trabalho se colocam num nível metateórico, analisando as propostas de teoria social dos autores. O modo de entender a teoria social parte da proposta de Vandenberghe (2013) que argumenta que em contraposição à teoria sociológica, a teoria social parte de considerações metateóricas em busca da constituição de uma teoria geral da sociedade. O presente texto se encontra alinhado com a proposta apresentada por Vandenberghe (2013) em relação ao modo de pensar (e distinguir) a metateoria, teoria social e teoria sociológica. Porém, ao aprofundar a discussão metateórica, analisando os modos nos quais se estrutura o pensamento sobre micro e macro na metateoria, se encontram diferenças significativas, não sendo realizada uma leitura conforme o proposto por Vandenberghe (2013). No presente trabalho, considerando aportes de vários teóricos que discutem a questão micro e macro, os autores optaram por estabelecer categorias que iluminam mais claramente o problema central do artigo (aprofunda-se este aspecto na seção um do artigo). A ênfase da análise não recai nas especificidades contextuais de aplicação de teorias, mas sim na consolidação de quadros conceituais gerais que possibilitem organizar os modos de compreender as realidades sociais. Entendemos que a partir de uma análise metateórica das teorias sociais de Parsons e Luhmann é possível compreender como eles lidam com o problema do micro e macro, e assim repensar o alcance e o valor destas propostas.

Conceitualizações sobre micro e macro

Nas teorias sociais e sociológicas, encontramos diferentes referências conceituais para designar os níveis micro e macro de análise³³: ação/sistema, agência/estrutura, ação/ordem social, *habitus*/campo, etc. A definição binômica destas problematizações é elaborada sob a base de argumentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Os autores articulam a teoria social outorgando maior ou menor ênfase a um dos polos da dicotomia, ou se situando num ponto intermediário. É possível organizar o debate considerando o nível em que se estruturam as categorizações, seja no ontológico, epistemológico ou metodológico.

A consideração da questão no nível **ontológico** expressa-se na base das problematizações metateóricas sobre o existente na realidade, ou seja, as teorias sociais distinguem-se em função do que elas consideram real. Aqui a distinção relevante é entre **individualismo e coletivismo**. De um lado encontram-se teorias que enfatizam a existência dos indivíduos como únicas entidades concretas. A abordagem do individualismo ontológico argumenta que somente indivíduos são entidades reais em última instância. Entidades coletivas, sociais, ou a ‘sociedade’ são ilusões conceituais, que apontam não para coisas, mas para padrões e regularidades do comportamento individual. A teoria social desenvolvida pelo economista Friedrich Hayek (1948) pode ser apontada como um modelo de individualismo ontológico, bem como algumas versões da teoria da escolha racional e a sociologia compreensiva de Max Weber (2004).

Por outro lado, temos as abordagens que consideram as coletividades ou sociedades como realidades reificadas, que devem ser tratadas de forma tão objetiva quanto indivíduos reais. Talvez o exemplo mais emblemático seja o clássico formulado por Émile Durkheim (2004).

Não dizemos, com efeito, que os fatos sociais são coisas materiais, e sim que são coisas tanto quanto as coisas materiais, embora de outra maneira. (...) A coisa se opõe à ideia assim como o que se conhece a partir de dentro. É coisa todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável à inteligência (...). Tratar os fatos de uma certa ordem como coisas não é, portanto, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar diante deles uma certa atitude mental. (DURKHEIM, 2004, p. XVII-XVIII).

³³ Recomenda-se a compilação de artigos da obra editada por Alexander *et al.* intitulada *The Micro-Macro Link* (1987), na qual se apresentam múltiplas formas de pensar a questão do micro e macro.

Se as teorias do coletivismo ontológico não são ingênuas a ponto de negar a existência de indivíduos, elas colocam os objetos do social (sejam eles grupos, famílias, instituições ou sociedades) no mesmo patamar ontológico, e lhes conferem uma ênfase maior nas relações de causalidade: sociedades influenciam indivíduos mais do que indivíduos influenciam sociedades.

A abordagem da problemática adquire características distintivas se focarmos no nível **epistemológico** do debate, que diz respeito ao que é factível de conhecimento. Por este ângulo, acentua-se a polarização entre considerações **reducionistas** e **emergentistas**. A primeira categorização refere-se à possibilidade de conhecimento pela redução do todo às partes, reconhecendo os fenômenos microssociais como os cognoscíveis por excelência. Esta é a postura comum às teorias da ação social, que buscam explicar as estruturas ou ordens sociais (nível macro) através da decomposição em seus componentes axiais: ações e encontros sociais (nível micro). Contrariamente, o emergentismo parte da premissa de que os fenômenos passíveis de conhecimento são emergentes, irredutíveis na linha explicativa às suas partes. Entende-se que o todo é maior do que a soma de suas partes, que fenômenos emergentes possuem características que não estão presentes nos seus elementos fundamentais. As teorias dos sistemas sociais são o principal exemplo.

O estudo da questão micro e macro no nível **metodológico**, que diz respeito às estratégias efetivas para compreender/conhecer as realidades, é, se comparado com os dois níveis expostos anteriormente, o qual se expressa com maior força no âmbito sociológico, a saber: a classificação entre **individualismo** e **holismo**. O holismo metodológico dá maior ênfase explicativa ao nível macro de análise, que tem prioridade causal. Durkheim e Marx poderiam ser entendidos como os representantes clássicos desta perspectiva. O conceito central desta vertente é o de sociedade. Isto posto, o foco deve estar nestas formações e não no nível individual das ações sociais. O individualismo metodológico denota uma versão oposta à do holismo. As obras de Weber, dos fenomenólogos e interacionistas simbólicos se colocam como referência desta ênfase no nível micro. O conceito central desta perspectiva é o da ação social analisado no nível micro. Desta forma, as pressuposições metodológicas do individualismo resgatam a importância de compreender (paradigma hermenêutico) os sentidos das ações.

Tentando ir além destas dualidades, encontramos o que Jeffrey Alexander (1986) chama de novo movimento teórico na teoria social a partir dos anos de 1980. Autores como Giddens (1989), Habermas (1997) e Bourdieu (1977) surgem com esforços para superar estas dualidades promovendo teorias sintéticas. Os conceitos de

ação/práxis/agência (micro) e de estrutura/campo (macro) são centrais nestas formulações, que buscam mostrar como, por um lado, a ação individual é influenciada pelas estruturas sociais, e por outro as próprias estruturas se reproduzem e se transformam através das ações. Define-se desta forma uma orientação metodológica que combina o estruturalismo e a hermenêutica, como correntes necessárias para aprimorar a prática sociológica. Ante estas propostas, evidencia-se uma tentativa de superação das dualidades que, contudo, permanece permeada pelo caráter dual, expressando no final das contas uma proposta que vincula, de forma recíproca, dois aspectos distintos.

Tabela 1 - Conceitualizações dualistas da abordagem micro e macro

	Micro	Macro
Ontológico	<i>Individualismo</i>	<i>Coletivismo</i>
Epistemológico	<i>Reduccionismo</i>	<i>Emergentismo</i>
Metodológico	<i>Individualismo</i>	<i>Holismo</i>
	<i>'Novo movimento teórico'</i>	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Reconhece-se a dificuldade de transpor na comunicação o caráter simultâneo no qual se expressam os fenômenos na realidade social; motivo pelo qual toda conceitualização simplifica e categoriza a fim de poder dar sentido à exposição escrita. Contudo, no presente trabalho procuramos desenvolver uma abordagem do micro e macro que enfatiza o caráter simultâneo do problema, assim sendo, entendemos que micro e macro não se referem a distintos fenômenos, não são expressão de uma dualidade. Pelo contrário, **trata-se do mesmo fenômeno em distinta magnitude no tempo e espaço**. Nossa abordagem busca tratar os termos micro e macro de forma mais próxima ao seu sentido original.

‘Micro’ e ‘Macro’ chegam até nós através do Latim, dos morfemas gregos mikrós e makrós. Diferente dos morfemas gregos qualitativos, que geralmente derivam da idealização de qualidades características incorporadas por personagens míticos ou objetos em narrativas tradicionais, micro e macro são termos prosaicos de magnitude física, em referência à extensão no tempo e no espaço. São padrões para medidas quantitativas, de aplicação de números para dimensões físicas. (GERSTEIN, 1987, p.93, tradução nossa).

A fim de desenvolver este modo de pensar o micro e macro nos baseamos na contribuição de Randall Collins (1987), no capítulo *Interaction Ritual Chains, Power and Property: The Micro-Macro Connection as an Empirically Based Theoretical Problem*, o qual argumenta que o problema do micro e macro deve ser abordado tomando como conceitualizações de base as categorias analíticas de tempo e espaço. Nas suas palavras: “Tempo, espaço e número: estas são as únicas macrovariáveis, e qualquer outra terminologia macro é metafórica e deve, em última análise, ser traduzida nestes termos.” (COLLINS, 1987, p.196, tradução nossa). A utilização das variáveis de tempo e espaço permite distinguir o problema da magnitude dos fenômenos sociais contemplada pelas teorias, compreendendo como as teorias constroem conceitos para lidar com fenômenos de diferente amplitude espacial e duração temporal. Isto posto, destaca-se a possibilidade de aprofundar nos níveis epistemológicos e metodológicos do problema micro e macro.

Deve ficar claro que a distinção entre níveis micro e macro é um contínuo, não uma dicotomia. Eventos micro são situacionais; mas eles podem se prolongar, repetir ou agregar, no tempo e no número de encontros espalhados no espaço, tão longe quanto estivermos dispostos a olhar. Existe um elemento de macroestrutura em quase todos os microprocessos, que são afetados pela (1) configuração espacial em que ocorrem, como a simples densidade física das próprias interações; e pelo (2) número de vezes em que estas situações (ou outros tipos de situações) se repetiram no passado destes indivíduos. (COLLINS, 1987, p.196-197, tradução nossa).

O elemento que passa a se distinguir analiticamente é a quantidade abordada pela teoria. A intenção central desta abordagem refere-se ao estabelecimento de um vínculo direto entre o debate teórico, e por vezes metateórico, com fenômenos empíricos, relativos aos objetos alvo das pesquisas sociológicas. Este aspecto não é menor, sempre que consideremos que toda formulação teórica, toda produção de conhecimento requer um laço com a realidade empírica sobre a qual diz respeito.

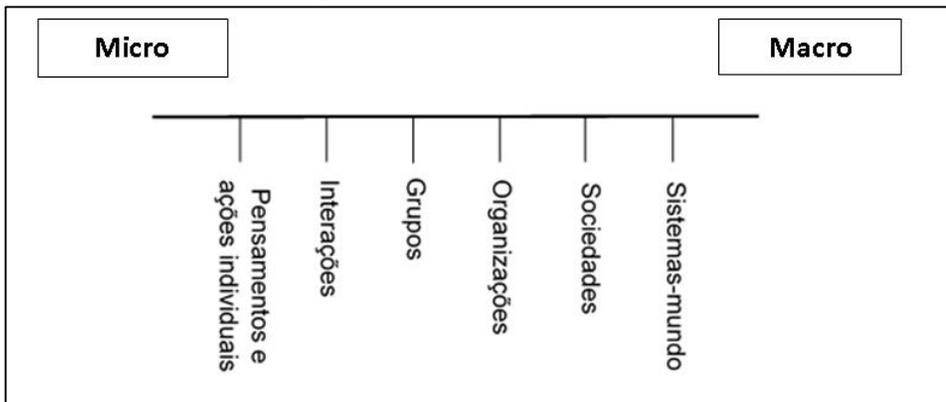
O *continuum* micro e macro é desenvolvido por Ritzer (2010, p.A13-A16) em sua análise metateórica da sociologia na qual ele quebra com a aparente dualidade dos conceitos em busca da simplificação em torno de um único eixo quantitativo (espaço-temporal).

Tanto para leigos quanto para acadêmicos, o *continuum* se baseia na simples ideia de que fenômenos sociais variam muito em

tamanho. No polo macro do contínuo estão fenômenos sociais de larga escala como grupos de sociedades (o sistema mundial capitalista, por exemplo), sociedades, e culturas. No polo micro estão atores individuais, seus pensamentos e ações. Entre eles estão uma ampla variedade de fenômenos de nível *meso* – grupos, coletividades, classes sociais, e organizações. Temos pouca dificuldade em reconhecer estas distinções e pensar em termos micro-macro. Não existem linhas claras separando as unidades micro das macrosociais. Em vez disso, temos um *continuum* variando do polo micro ao macro. (RITZER, 2010, p.A-13, tradução nossa).

Ritzer (2010) elenca uma série de conceitos, de forma similar à “escada conceitual” proposta por Jonathan Turner (2012, p.5-6), que as teorias empregam para observar fenômenos dos níveis micro e macrosociais, conforme apresentados na Figura 1.

Figura 1 - O *continuum* micro-macro



Fonte: Figura extraída da obra *Sociological Theory* de George Ritzer (2010 p.A14), tradução nossa.

Utilizar o micro e macro como contínuo, tomando como base as categorias de tempo e espaço, possibilita considerar distintos níveis de magnitude ou complexidade no contínuo, sem ter que reduzir a interpretação teórica a um deles, ou criar conceitos de meio termo, de ponto. Deste modo, torna-se mais proveitoso do que uma versão dualista, que tende a resultar em dualidades que não conversam entre si ou em interpretações exclusivamente micro ou exclusivamente macro. Com base nesta linha de argumentação, nas seções a seguir, apresentam-se as estratégias teóricas

desenvolvidas por Parsons ([s.d.]; 1964; 1970; 1978; 1986; 1987) e Luhmann (1987; 1999; 2009; 2012; 2013), para enfrentar a questão do micro e macro na teoria social.

A questão micro e macro na obra de Talcott Parsons

Parsons é um dos teóricos da sociologia mais mal compreendidos do século XX. A sua proposta sistêmica, intrincada e complexa, tem sido alvo de interpretações simplistas e preconceituosas, num contexto de estudos laxos das suas publicações, com baixa, quando não nula, inclusão das suas obras no contexto da formação em ciências sociais no Brasil. Porém, sua influência é inegável, podendo encontrar vestígios da sua obra inclusive em auto-reconhecidos críticos.

A teoria sistêmica proposta por Parsons tem intenção de *Grand Theory*. Este enfoque teórico é explícito e se fundamenta na necessidade reconhecida pelo autor de dotar as Ciências Sociais de modo geral, e a Sociologia particularmente, de um marco conceitual generalizado que possibilite análises abstratas em vínculo coerente com os fenômenos empíricos.

Não tem exagero em afirmar que o único e principal critério para julgar a maturidade de uma ciência é o estudo da sua teoria sistemática. Nisto se inclui o marco conceitual geral que se aplica neste terreio, os tipos e graus de interação lógica que o constituem e os métodos que efetivamente são utilizados na pesquisa empírica. (PARSONS, [s.d.] p.3, tradução nossa).

Nesta linha de pensamento se coloca a proposta de Parsons ([s.d.] p.3, tradução nossa), destacando a necessidade de contar com uma teoria em forma de sistema, distinta das teorias descontínuas: “Um sistema teórico, do modo no qual aqui o entendemos, é um conjunto de conceitos gerais em relação de interdependência lógica e suscetíveis de comprovação empírica”. Tal sistema teórico deve outorgar a possibilidade de desenvolver as pesquisas sociológicas de modo que os fenômenos particulares possam-se integrar no referencial geral e, conseqüentemente, serem lidos em vinculação com pesquisas particulares. O movimento é desta forma circular: o referencial teórico aporta à pesquisa empírica e esta última, por sua vez, acrescenta complexidade ao quadro referencial. Como em toda construção teórica, é possível distinguir distintas etapas da produção, as quais são marcadas por mudanças chave no desenvolvimento do referencial teórico. A obra de Parsons não escapa a este

fenômeno. Contudo, em vez de considerar a obra do autor focando em alguma etapa específica, opta-se no presente trabalho por analisá-la enquanto contínuo, visto que toda construção contribui à formulação dos argumentos que a seguem, conformando deste modo uma obra logicamente coerente e sistemática.

O marco conceitual geral é o Sistema de Ação, o qual se coloca na teoria como esquema analítico, como ferramenta necessária para a compreensão. A unidade básica do Sistema de Ação é o ato-unidade, entendido como categoria analítica, exclusivamente no sentido abstrato. Sendo a ação o componente essencial da análise (PARSONS; SHILLS, 1962), argumenta-se, contudo, que a mesma só pode ser entendida de forma sistêmica. Deste modo, o ato-unidade se compreende como categoria na qual é possível distinguir um ator, fins e um contexto situacional: o ator não se entende como organismo isolado, mas como *ego* ou *self* em relação com o ambiente sistêmico.

Na leitura sistêmica da ação, distinguem-se elementos constitutivos essenciais que dizem respeito às orientações dos atores na situação e revelam componentes intrínsecos a todo sistema de ação, seja tanto em nível individual quanto coletivo; estes são os subsistemas do sistema de ação, a saber: sistema cultural (SC), sistema social (SS), sistema de personalidade (SP) e sistema de organismos comportamentais (SOP). Não trataremos das especificidades de cada um deles neste trabalho, mas importa ressaltar como o quadro de conceitos reconhece, na ação, a multiplicidade de fatores de forma relacional: “(...) existe só um modo para descrever a conduta neste marco conceitual, e o é em termos relacionais –isto é, em relação com certo sistema enquanto ponto de referência” (PARSONS, 1970, p.166, tradução nossa). Aqui torna-se explicativa a interpretação de Luhmann (2009), onde o quadro de conceitos se compreende sob a base do realismo analítico,

(...) embora o esforço para decompor os elementos intrínsecos da ação constitua uma construção teórica conduzida pela sociologia, o resultado consiste em evidenciar que, graças a essa emergência, a ação brota. (...) ao identificar os componentes da ação, descobre-se que, tomados isoladamente, eles já não podem, por sua vez, continuar sendo designados sob a categoria de ação. (LUHMANN, 2009, p.42-43).

O caráter realista-analítico do marco de referência ilustra o primeiro aspecto axial para pensar a questão micro/macro em Parsons, o nível no contínuo micro e

macro a ser considerado depende da estratégia de análise, em interrelação com a problemática a ser considerada:

(...) o marco conceitual pode se aplicar em todos os pontos de uma ampla variedade de sistemas microscópicos e macroscópicos; porém, quando aplicado tal marco num sistema mais macroscópico ou microscópico, muda o ponto de referência, conseqüentemente, mudam também os referentes empíricos de todos os conceitos e todas as variáveis (PARSONS, 1970, p.164, tradução nossa).

Particularmente no caso da sociologia, o foco se concentra no sistema social, isto é, no nível específico da interação:

(...) uma situação que contém ao menos um aspecto físico ou ambiental, atores motivados em termos de uma tendência de 'otimização da gratificação', e cuja relação com suas situações, incluindo uns aos outros, é definida e mediada em termos de um sistema simbólico culturalmente estruturado e compartilhado. (PARSONS, 1964, p.4-5, tradução nossa).

Os quadrantes parsonianos se transferem nos distintos níveis analíticos. Conta-se assim com um referencial complexo, que embora coloque o foco nas interações (SS) entre atores individuais ou coletivos, traz referência imanente a um SC que legitima, um SP que determina o alcance de metas, e um SOP que se adapta e outorga condições de possibilidades.

Temos aqui o segundo elemento fundamental para compreender a questão micro e macro em Parsons. As inter-relações ou interpenetrações dos subsistemas se desenvolvem em dois sentidos. Por um lado, encontra-se a hierarquia cibernética de controle, fazendo referência aos inter-relacionamentos sistêmicos que se expressam na ordem SC→SS→SP→SOC; este movimento permite compreender como os sistemas com maior informação (de sentido) controlam ciberneticamente os sistemas com níveis menores de informação. Por outro lado, define-se a hierarquia de determinação, que toma o caminho contrário SOC→SP→SS→SC; considera-se o caráter condicional que os sistemas com maior energia expressam em relação aos possuidores de energias menores, embora com maiores níveis de informação. Quando se pensa nestes aspectos, o que se reconhece é a necessidade de assumir o papel dos sistemas com maior poder de controle na orientação das ações ao tempo em que tais orientações unicamente poderão ser estabelecidas quando adaptadas aos condicionantes.

É corrente encontrar interpretações da obra de Parsons no sentido de uma macrosociologia, não por alegarem que a teoria desconsidera ou impossibilita a análise de elementos micro, mas por argumentar que, em última análise, o sistema cultural define as orientações da ação. Reconhecendo agora a apresentação conjunta das duas hierarquias, compreende-se como a orientação da ação não se expressa unicamente em um sentido, mas em dois: pelos determinantes e pelos controles. Consequentemente, as interrelações analíticas entre os subsistemas devem ser lidas com cautela, procurando fundamentalmente não cair na interpretação simplista de atores dopados.

Não acreditamos que uma personalidade seja um microcosmos de um sistema social, e contrariamente, que uma sociedade seja uma 'projeção' das personalidades dos seus membros. Além de serem interdependentes e se penetrarem mutuamente, as personalidades e os sistemas sociais constituem referências sistêmicas independentes, e nenhuma delas pode se reduzir aos termos da outra (PARSONS, 1970, p.162, tradução nossa).

O SC legitima as normativas que **podem** ser internalizadas na estrutura de personalidade dos sujeitos, mas estas só serão internalizadas num contexto de condições específico, que irá depender tanto do nível orgânico-comportamental (SOC) quanto das disposições e necessidades no nível psíquico (SP). Continuando com esta reflexão no nível analítico do sistema social:

O Sistema social é constituído pelas relações entre os indivíduos, mas é um sistema que se organiza em torno de problemas inerentes ou oriundos da interação social de uma pluralidade de atores individuais, ao invés dos problemas que surgem em conexão com a integração das ações de um único ator individual, que ao mesmo tempo é um organismo fisiológico. Personalidade e sistema social estão intimamente entrelaçados, mas não são idênticos ou explicáveis um pelo outro; o sistema social não é uma pluralidade de personalidades (PARSONS; SHILLS, 1962, p.7, tradução nossa).

O interesse, neste caso, não está em desenvolver reflexões ontológicas da realidade social, mas sim em colocar a disposição um marco conceitual generalizado que permita compreender as realidades sociais. Os níveis que se colocam em questão são fundamentalmente o epistemológico e metodológico.

Assim sendo, fundamenta-se a importância de pensar o micro e o macro sem cair em conceptualizações duais, optando, contrariamente, por pensar micro e macro como contínuo, relativo a um mesmo fenômeno em magnitudes distintas no tempo e espaço. Sob esta perspectiva, nos afastamos das interpretações da questão micro e macro em Parsons que tomam os conceitos de ação e sistema como representantes do dualismo: o micro e o macro podem se ver simultaneamente tanto na ação quanto no sistema, o que irá mudar é o foco analítico escolhido pelo pesquisador, em consonância com a problemática específica. Análises empíricas desenvolvidas por Parsons exemplificam o potencial da teoria para considerar a questão micro e macro simultaneamente, tomando como base as categorias de tempo e espaço, segundo colocado na primeira seção do artigo.

Pensando nas obras de Parsons que ilustram a possibilidade de macro análises, encontramos como exemplos, por excelência, os livros *La sociedad. Perspectivas evolutivas y comparativas* (1986) e *El sistema de las sociedades modernas* (1987), obras nas quais o autor expõe uma análise complexa de distintas sociedades desde perspectivas evolutivas e comparativas, dedicando o primeiro livro à análise das sociedades das etapas primitivas e intermédia e o segundo à análise das sociedades modernas. Em ambas as obras, antes de se debruçar sobre análises concretas, Parsons esclarece as ferramentas conceituais empregadas na análise, sendo estas especificamente relativas ao sistema social como quadro de referência generalizado. Num nível intermédio, retomando as categorizações de Ritzer (2010) expostas na Figura 01, pode-se tomar a obra *The American University* (PARSONS; PATT, 1973), a qual apresenta uma análise da Universidade Americana entendida como sistema, e com base no marco conceitual geral analisa as interrelações internas ao complexo profissional e as relações com os sistemas-entorno.

Finalmente, considerando as abordagens que poderiam ser catalogadas como micro análise, pode-se tomar como exemplo as análises no campo da sociologia da saúde, relativas à relação médico-paciente presentes nos livros *The Social System* (1964) e *Action Theory and The Human Condition* (1978), onde o foco se coloca no estudo das interações entre grupos menores de atores. A obra *Estrutura social e personalidade* (1970) traz também uma série de escritos que abordam, com base no esquema conceitual geral, problemáticas de menor magnitude espaço-temporal, a maioria voltadas às questões educativas (instituições educativas e família) e de saúde.

Estas obras referenciadas são exemplos do potencial da *grand theory* parsoniana, ilustrando a possibilidade de considerar os fenômenos sociais tanto desde uma perspectiva macro quanto micro. Por sua vez, a análise dos fenômenos com base no marco conceitual, fora o nível demandado pela problemática ou a escolha do

pesquisador, ganha complexidade por conta da consideração, necessariamente simultânea, de elementos culturais, sociais, psicológicos e orgânicos.

O problema micro e macro na obra de Niklas Luhmann

Niklas Luhmann é um dos principais continuadores do legado teórico parsoniano. Orientado por Parsons em Harvard nos anos de 1970, o sociólogo alemão certamente compartilha das ambições teóricas de Parsons: construir uma teoria social geral, capaz de lidar conceitualmente com quaisquer objetos do mundo social. Neste sentido, Parsons e Luhmann se afastam de sociologias específicas e de “médio alcance”.

A teoria dos sistemas sociais concebida por Luhmann (2013; 2012; 2009; 1999; 1987) é classificada como uma teoria macro social. Esta descrição é quase que uma unanimidade, e em grande medida está correta: um dos objetivos da teoria é criar conceitos capazes de descrever as operações e transformações dos sistemas sociais em larga escala e da sociedade, enquanto sistema que compreende todos os outros. No entanto, o que buscamos demonstrar neste artigo é que a teoria dos sistemas possui conceitos que descrevem realidades micro (incluindo interações face-a-face), e que a ênfase macro que encontramos nas obras de Luhmann são frutos de opções que ele fez enquanto escolha de objetos, e não de restrições intrínsecas à teoria.

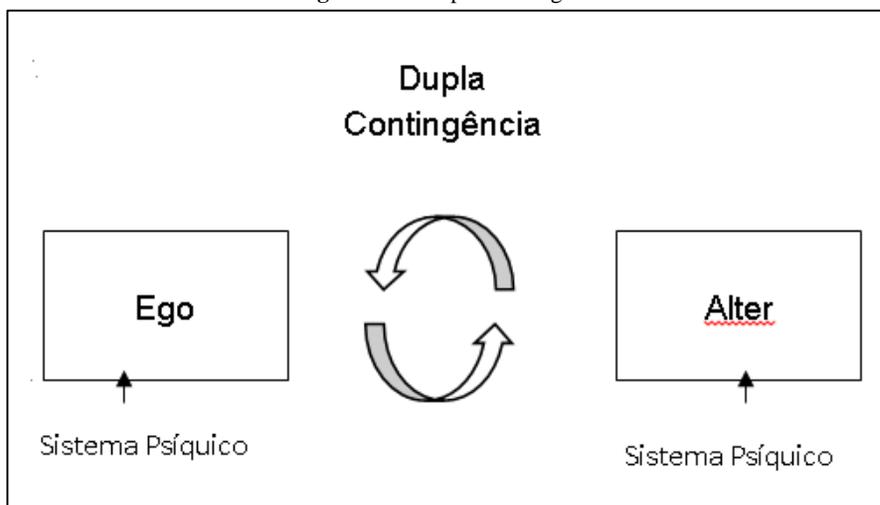
Para compreender o que se entende por sistema social, antes é preciso uma definição de sistema. Luhmann busca no pensamento cibernético, especificamente em seu desenvolvimento na área da biologia por Humberto Maturana e Francisco Varela, o modelo conceitual dos sistemas autopoietico. Um sistema autopoietico é um sistema que produz a si mesmo, e através de suas próprias operações se diferencia do ambiente ao seu redor. O modelo da célula, que possui uma membrana que a separa e define seus limites, e ao mesmo tempo se reproduz através de operações internas, é o que baseia a aplicação biológica do conceito. Sistemas autopoieticos são fechados operacionalmente, suas operações dependem de suas estruturas internas, e só se abrem para o ambiente seletivamente, através de acoplamentos específicos. A ideia da permeabilidade seletiva da membrana celular ilustra essa relação entre o sistema e o ambiente.

Mas Luhmann não está interessado propriamente em sistemas biológicos, mas sim em outros dois tipos de sistema que surgem a partir deles: os sistemas psíquicos e sociais humanos. O sistema psíquico se refere à consciência humana, como um fenômeno que emerge a partir das operações do cérebro humano (sistema biológico),

mas cujas operações não podem ser reduzidas aos sistemas neurais. Sistemas psíquicos e sistemas sociais são sistemas de **sentido**, conceito que Luhmann (1995) busca na hermenêutica de Husserl (1973). Ambos também são sistemas autopoieticos, fechados operacionalmente, mas que operam em níveis diferentes do biológico.

O fechamento operacional dos sistemas psíquicos nos leva a uma situação de **dupla contingência** (conferir Diagrama 1), conceito que Luhmann (1995) busca em Parsons, e que descreve a situação de dois atores (*ego* e *alter*, utilizando a linguagem parsoniana) que se observam mutuamente e cuja ação depende do que o outro vai fazer. Esse impasse é característico das situações interpessoais: as consciências não são transparentes umas para as outras (*black boxes*), é impossível saber o que se passa na cabeça de outra pessoa.

Diagrama 1 - Dupla Contingência



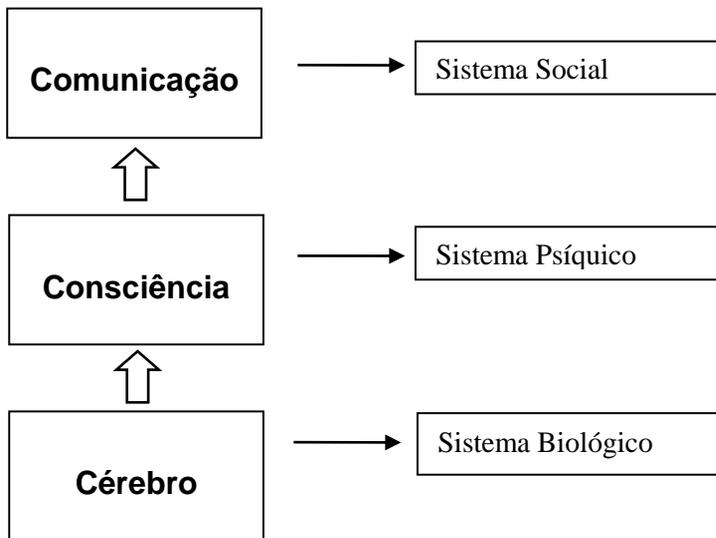
Fonte: Elaborado pelos autores.

É justamente este problema que vai dar origem aos sistemas sociais, que emergem a partir do esforço comunicativo entre sistemas psíquicos opacos um para o outro. Sistemas emergem como soluções para o problema da enorme complexidade caótica do mundo, “ordem que surge do ruído” para usar a formulação de Heinz von Foerster (2003). No caso dos sistemas psíquicos, sistemas sociais emergem como uma forma de lidar com a complexidade de um ambiente composto também por outros sistemas psíquicos. Além de permitir que as consciências individuais estabeleçam contato, sistemas sociais desenvolvem estruturas e padrões para as ações realizadas

por *ego* e *alter*, tornando seus comportamentos menos aleatórios e mais previsíveis um para o outro.

A partir desta exposição, seria tentador associar o nível micro da teoria dos sistemas aos sistemas psíquicos, e o macro aos sistemas sociais. No entanto, Luhmann defende um corte analítico forte entre os diferentes níveis sistêmicos. Sistemas sociais não são compostos por sistemas psíquicos, assim como sistemas psíquicos não são compostos por operações cerebrais. Ambos dependem da existência destes sistemas em seu ambiente: não existem sistemas sociais sem consciências, nem consciências sem cérebros, ou cérebros sem outros sistemas biológicos que permitam que ele permaneça vivo. No entanto, os diferentes níveis de operação sistêmica são irredutíveis uns aos outros (conferir no Diagrama 2) e operam sempre dentro de seus próprios limites.

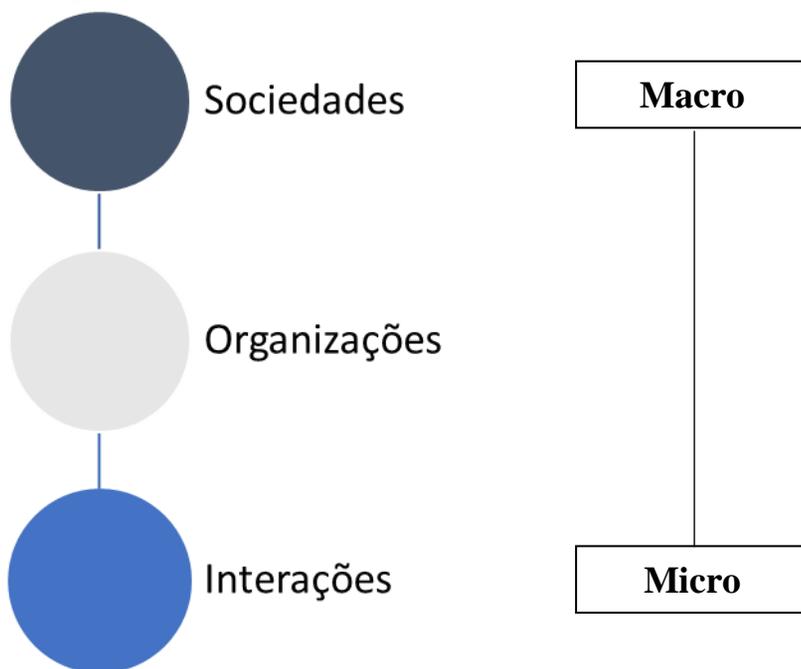
Diagrama 2 - Níveis emergentes de sistemas



Fonte: Elaborado pelos autores.

É dentro do conceito de sistema social que encontramos a arquitetura teórica que Luhmann utiliza para lidar com o problema micro e macro, diferenciando entre três tipos de sistema social: interações; organizações e sociedades.

Diagrama 3 - Conceitos micro e macro na teoria dos sistemas



Fonte: Elaborado pelos autores.

O conceito de **interação** é inspirado nas microsociologias pós-parsonianas. Se refere às situações de copresença, em que os participantes do processo comunicativo (social) se encontram face a face, fisicamente próximos e temporalmente sincronizados:

Sistemas sociais são interações se eles precisam reconhecer que o ambiente contém comunicações que não podem ser controladas pelo sistema. Portanto, interações necessitam de limites sociais. Elas concebem a si mesmas como interações face-a-face, e se utilizam da presença de pessoas como um meio de definição de limites. Se chegam pessoas novas, suas comunicações devem ser incluídas no sistema através de algum reconhecimento cerimonial ou introdução. No entanto, mesmo as pessoas presentes oferecem um potencial constante para comunicações fora do sistema. Elas podem abandonar o sistema e falar em outro lugar sobre ele ou seus participantes. Portanto, interações se adaptam às condições sociais externas levando em consideração os outros papéis de seus participantes. (LUHMANN, 1987, p.114, tradução nossa).

Interações são eventos de curta duração, e tamanho limitado. É improvável que uma interação envolva muitos participantes simultaneamente sem se dividir em frações menores. O acoplamento entre sistemas psíquicos e sociais é visto de forma mais direta nos sistemas sociais de interação, pois o processamento das informações comunicadas no interior dos sistemas psíquicos acontece em tempo real. Parte da forma como uma interação se desenvolve é resultado espontâneo da participação dos sistemas psíquicos envolvidos, com suas características singulares e idiossincrasias, mas conforme os sistemas sociais permanecem ao longo do tempo e as interações começam a apresentar padrões e estruturas que se repetem (e aqui o papel da **memória** é fundamental), cada vez menos aleatoriamente, temos o surgimento de uma **sociedade**:

Sistemas sociais são sociedades se eles incluem todas as operações que, para eles, possuem a qualidade de comunicação. Sociedades são sistemas abrangentes. Seus ambientes contêm muitas coisas, eventos, sistemas vivos, e mesmo seres humanos, mas nenhuma comunicação significativa. No momento em que algo é reconhecido como comunicação é incluso no interior do sistema. Sociedades se expandem e se contraem de acordo com a mudança dos potenciais de comunicação, e suas estruturas variam de acordo com tarefa de gestão da comunicação. Historicamente, é possível dizer que sociedades expandem por conta de um aumento no potencial comunicativo; atualmente, existe apenas uma sociedade de fato, a sociedade mundial que inclui toda a comunicação significativa e exclui tudo o resto. (LUHMANN, 1987, p.114, tradução nossa).

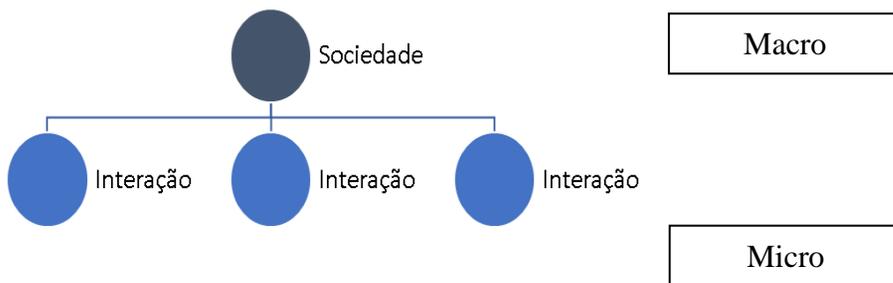
A princípio, sociedades se reproduzem inteiramente através de eventos de interação. Inicialmente a comunicação dependia necessariamente da presença física dos participantes:

Nas culturas escritas contemporâneas, é difícil imaginar situações onde a linguagem era somente oral. Pois sons são elementos extremamente instáveis. Além disso, seu alcance é limitado, e requer que locutor e ouvinte estejam presentes. Espaço e tempo devem se apresentar de forma compacta e situacional para que a linguagem falada seja possível. No momento em que uma sentença é pronunciada ela desaparece na inaudibilidade. Portanto, a

formação de sistemas com base na comunicação precisa tomar providências para possibilitar o reuso, em outras palavras, memória. Isso sugere que sociedades que contam somente com a comunicação oral dependem unicamente da memória mental (...) O que é decisivo para a memória social é a recuperação de memórias em situações sociais posteriores; e em extensos períodos de tempo, os substratos psíquicos podem mudar. (LUHMANN, 2012, p.130, tradução nossa).

Sociedades desenvolvem estruturas emergentes, armazenadas e atualizadas através da memória social, que guiam as interações que acontecem no seu interior. Deste modo, o sistema social emergente opera na redução da complexidade do mundo social: com o estabelecimento de estruturas sociais, o comportamento de cada indivíduo (entendido como o resultado de um acoplamento entre sistemas biológicos e psíquicos autônomos) se torna um pouco menos aleatório e mais previsível. A coordenação da ação é possível, o que aumenta as chances de sobrevivência e reprodução dos seres humanos no meio social.³⁴

Diagrama 4 - Sociedades e interações



Fonte: Elaborado pelos autores.

Somente com o surgimento de novos meios de comunicação que as sociedades deixam de depender exclusivamente de interações para se reproduzirem. A escrita, a imprensa, e finalmente os meios de comunicação eletrônicos permitem que a comunicação aconteça sem a presença física simultânea dos participantes, e estende as possibilidades do sistema social para uma escala maior de tempo e espaço. A memória

³⁴ Tomasello (2008) argumenta que o surgimento da comunicação humana está atrelado à possibilidade de ações cooperativas e intencionalidade compartilhada.

social também deixa de ser uma atribuição exclusiva das memórias individuais com surgimento de registros físicos e da cultura escrita.

A **organização**, o terceiro tipo de sistema social, ocupa uma posição intermediária (*meso*) no esquema proposto por Luhmann (2012). Diferente das interações, organizações não são universais presentes em todas as sociedades, mas surgem somente quando elas atingem certo grau de complexidade. Organizações existiram em diversos tipos de sociedade e em diversos momentos históricos, mas para Luhmann (2012), elas são características da sociedade moderna, funcionalmente diferenciada³⁵.

Organizações são sistemas sociais que coordenam a tomada de decisões e o pertencimento (ou não) de membros em seu interior.

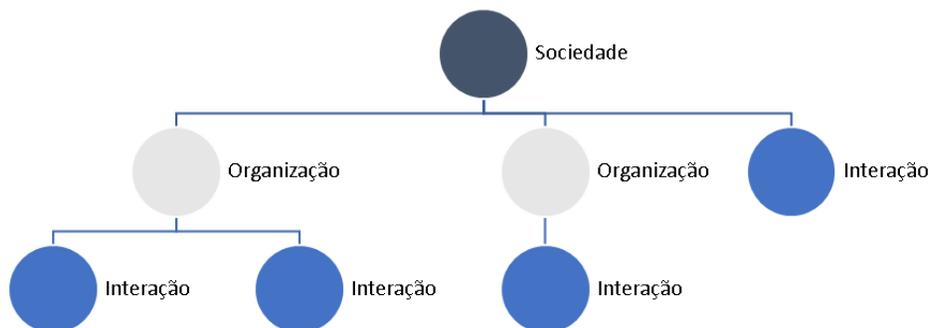
Como a sociedade e seus sistemas funcionais, organizações também são sistemas autopoieticos que operam por conta própria. Elas só podem ser formar no interior de uma sociedade, e desse modo realizar a sociedade, porque seus modos de operação são nada além de comunicações. Organizações pressupõem como seus ambientes a diferenciação da sociedade, linguagem, e o cumprimento de todos os tipos de funções. Se (e somente se) isso é assegurado, elas se formam e reproduzem seus próprios limites, suas próprias interrupções no *continuum* da comunicação social. E o fazem especificamente através da distinção entre membros e não-membros. (LUHMANN, 2013, p.164, tradução nossa).

Organizações surgem no interior da sociedade, mas com finalidades que se desenrolam de forma relativamente autônoma. Como as sociedades, elas têm uma temporalidade mais longa do que as interações, que se dissolvem de forma episódica, e são capazes de continuar existindo mesmo após a substituição dos seus membros. “Organizações podem coordenar um vasto número de interações. Elas realizam o milagre da sincronização de interações em seus passados e futuros, apesar de sempre ocorrerem ao mesmo tempo” (LUHMANN, 2012 vol.2, p.147, tradução nossa).

O resultado desta arquitetura teórica pode ser visualizado no Diagrama 5, com os diferentes tipos de Sistema social encerrados do micro para o macro.

³⁵ Não nos cabe neste trabalho apresentar os diferentes tipos de diferenciação da sociedade que se desenvolvem historicamente. Cf. LUHMANN, 2012 vol.2, Cap.4.

Diagrama 5 - Sociedade, organização e interação



Fonte: Elaborado pelos autores.

A sociedade permanece como o sistema social mais abrangente, que engloba organizações e interações no seu interior, além de outras comunicações que ocorrem de forma não-simultânea (utilizando o meio da escrita, por exemplo). Organizações, por sua vez, também contém interações em seu interior (no ambiente de trabalho de uma empresa ou em uma escola, por exemplo).

Considerando o problema micro e macro como um problema de escala espaço-temporal, vemos que a teoria dos sistemas apresenta conceitos capazes de lidar desde o nível mais micro, como uma conversa entre duas pessoas, até o nível mais macro, como o desenvolvimento histórico da sociedade mundial. Além disso, a teoria dos sistemas autopoieticos mantém a autonomia operacional dos diferentes tipos de sistema: sociedades não têm prioridade causal sobre interações e organizações, nem vice-versa. Cada sistema opera dentro dos seus limites, e as relações entre eles devem ser esclarecidas através dos acoplamentos operacionais específicos que eles desenvolvem.

Considerações finais

Consideramos que a identificação de micro e macro enquanto um contínuo que se refere à escala dos fenômenos sociais no tempo e espaço facilita a interpretação das teorias, e passa ao lado de outras discussões (como os problemas todo-parte, as questões do determinismo e da causalidade) que, embora importantes, nem sempre esclarecem o que está sendo dito. O modo de compreender esta questão no artigo

buscou estabelecer um quadro conceitual que possibilitasse a consideração de teorias complexas, que estudam fenômenos de distinta magnitude tendo como base um mesmo referencial teórico. De tal modo, a proposta teoria se entende de forma integrada, sem distinguir conceitos de meio termo nem polarizações que limitam a compreensão das realidades sociais. Como se argumentou nas seções precedentes, a questão do micro e macro, mesmo como contínuo, é questão de ênfase, reconhecendo-se assim que embora estejamos falando de um mesmo fenômeno com distinta amplitude espaço-temporal, o que pode se vislumbrar nas propostas teóricas são focos que se enfatizam, ou não.

Como mencionado, as leituras predominantes das obras de Parsons e Luhmann se manifestam numa linha que determina que ambas enfatizam a consideração de fenômenos macrossociais. Essas leituras, muitas vezes pecando na simplicidade, recaem na desconsideração de aspectos teóricos expostos nas obras de Parsons e Luhmann que demonstram a utilidade e eficiência para pensar questões microsociológicas. Não se discute aqui as vantagens que as obras de Parsons e Luhmann expressam para pensar aspectos macrossociológicos, entendendo-se também que grande parte dos esforços foram, justificadamente, realizados a fim de aprimorar a análise neste nível. Contudo, o que buscou o presente artigo foi demonstrar como tanto a obra de Parsons quanto a de Luhmann, por meio da utilização de um único quadro conceitual, possibilitam, facilmente, tratar de aspectos micro.

Tendo realizado uma análise das obras dos autores, iluminando as construções conceituais fundamentais de ambas as obras, sustenta-se que ler as teorias de Parsons e Luhmann como esforços que tratam unicamente do lado macro da distinção seria uma interpretação muito limitada. A arquitetura teórica de ambos os autores abre espaço para a análise de fenômenos micro e macro sociais. Pensando com Parsons, a diferença entre micro e macro deve ser realizada na delimitação do objeto de pesquisa. A teoria dos sistemas de ação abre possibilidades para análises micro, *meso* e macro sociais. Em Luhmann, temos um sistema social emergente, que se distingue dos níveis psíquicos e biológicos. Este sistema pode ter duração e alcance espacial curtos (micro), ou pode desenvolver estruturas que permanecem no tempo e se espalham espacialmente. Ambos são teoricamente definidos. O ponto central do argumento levantado pelo artigo, e que se opõe às interpretações das teorias como sendo exclusivamente macro, refere-se à importância de não se confundir o interesse do autor no estudo prioritário de certos fenômenos empíricos com o potencial explicativo da teoria.

'MICRO' AND 'MACRO' IN PARSONS AND LUHMANN'S THEORIES: A METATHEORETICAL DISCUSSION

ABSTRACT: *The aim of this article is to revisit the wide-ranging controversy over the 'micro-macro' distinction in social theory, focusing on the work of Talcott Parsons and Niklas Luhmann. The main objective is to present arguments questioning the interpretation of these two theoretical proposals as representative of sociology exclusively in the macro level. Firstly, the 'micro-macro' concepts are problematised, which we understand as categories to distinguish social phenomena in a time-space scale. Then, we present an analysis of the conceptual strategies applied by Parsons and Luhmann to tackle the 'micro-macro' dilemma sociologically.*

KEY WORDS: Metatheory. Micro-macro. Social Theory. Talcott Parsons. Niklas Luhmann.

'MICRO' Y 'MACRO' EN LAS TEORIAS SOCIALES DE PARSONS Y LUHMANN: UNA DISCUSIÓN METATEÓRICA

RESUMEN: *El artículo busca revisar la larga controversia sobre la distinción 'micro-macro' en la teoría social, centrándose en el trabajo de Talcott Parsons y Niklas Luhmann. La intención es presentar argumentos que cuestionen la interpretación de estas dos propuestas teóricas como representativas de la sociología exclusivamente a nivel macro. Al principio, se muestra una problematización de los conceptos de "micro-macro", entendidos como categorías que ayudan a diferenciar los fenómenos de acuerdo con la amplitud temporal y espacial. En segundo lugar, se expone un análisis de las estrategias conceptuales empleadas por Parsons y Luhmann para abordar el problema 'micro-macro'.*

Palabras clave: Meta-teoría. Micro-macro. Teoría social. Talcott Parsons. Niklas Luhmann.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.2 n.4 São Paulo jun. 1987

ALEXANDER, *et al* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: Perspective and method**. Univ of California Press, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 248p

COLLINS, Randall. Interaction Ritual Chains, Power and Property: The Micro-Macro Connection as an Empirically Based Theoretical Problem. In: ALEXANDER, *et al* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. [s.l.]: São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Cambridge: Polity press, 1984.

GERSTEIN, Dean. To unpack micro and macro: link small with large and part with whole. In: ALEXANDER, Jeffrey *et al.* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1989. 318p.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petropolis: Vozes, 2011 233 p.

HABERMAS, Jurgen. **The theory of communicative action**. Cambridge: Polity Press, 1997. 2 v. ISBN 0-7456-0386-6 (v.1).

HAYEK, Friedrich. **Individualism and Economic Freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

HUSSERL, Edmund. **Cartesian meditations: an introduction to phenomenology**. The Hague: M. Nijhoff, 1973.

LUHMANN, Niklas. The evolutionary differentiation between society and interaction. In: ALEXANDER, Jeffrey *et al* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987.

_____. A importância dos clássicos. *In*: GIDDENS, A. & TURNER, J. (Org.) **Teoria Social Hoje**. São Paulo, UNESP, 1999.

_____. **Introdução à teoria dos sistemas**. Aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. **Social Systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995. 627p

_____. **Theory of Society**. California: Stanford University Press, 2012.

_____. **A Systems Theory of Religion**. California: Stanford University Press, 2013.

PARSONS, Talcott. **La situación actual y las perspectivas futuras de la Teoría Sociológica Sistemática**. Montevideo: FCU - Ficha No 123, [s.d.].

_____. **The Social System**. London: The Free Press of Glencoe, 1964.

_____. **Social Structure and Personality**. London, Collie-MacMillian LTD: The Free Press, 1970.

_____. **Action Theory and The Human Condition**. London: The free press, 1978.

_____. **La sociedad. Perspectivas evolutivas y comparativas**. México: Trillas, 1986.

_____. **El sistema de las sociedades modernas**. México: Trillas, 1987.

PARSONS, Talcott; PATT, George. **The American University**. Massachusetts, Cambridge: Harvard University Press, 1973.

PARSONS, Talcott; SHILLS, Edward. **Toward a General Theory of Action**. Massachusetts, Cambridge: Harvard University Press, 1962.

RITZER, George. **Sociological Theory**. New York: McGraw-Hill, 2010.

SCHILLO, Michael; FISCHER, Klaus; KLEIN, Christof T. The micro-macro link in DAI and sociology. *In*: **International Workshop on Multi-Agent Systems and Agent-Based Simulation**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2000.

TOMASELLO, Michael. **Origins of Human Communication**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

TURNER, Jonathan. **Theoretical Principles of Sociology**. California: Springer, 2012.

VANDENBERGHE, Frederic. Metateoria, teoria social e teoria sociológica. **Cadernos de Sociofilo**, IESP.URJ, 2013.

VON FOERSTER, Heinz. **Understanding understanding**: essays on cybernetics and cognition. New York: Springer, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

Recebido em 15/06/2018.

Aprovado em 11/09/2019.